

contrahiu a obrigação de construir as linhas, vê-se dos expressos termos da adjudicação, onde se diz: — que se obriga a effectuar o estabelecimento dos dois cabos telegraphicos submarinos, observando e cumprindo todas as condições e preceitos do contracto provisório. Não se tendo pois dado nenhum dos casos estabelecidos para a restituição do depósito, não pôde este ser restituído pelo facto de não cumprimento allegado, contra o qual os depósitos são garantia. — O. G. — M. e G. — Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios das Obras Publicas — Procurador G. da C. e Fazenda = esp. Ferrão.

1873 N.º 6544.

Outubro 17.

A quem compete o pagamento dos trabalhos de plantação de uma marachá destinada a proteger os terrenos da margem esquerda do Tejo no sitio denominado = Patucão = junto a Alpiarça. —

M. e G. — Satisfazendo ao officio da Direcção Geral das Obras Publicas de 8 do corrente mes, cumpre-me consultar a quem deve competir o pagamento dos trabalhos de plantação de uma marachá destinada a proteger os terrenos da margem esquerda do Tejo no sitio denominado = Patucão = junto a Alpiarça. A obra de que se trata é urgente e a sua falta prejudicará não só os terrenos adjacentes á actual corrente, mas todos onde ella irromper. A utilidade da obra ou os danos por não ser feita estende-se a mais do que aos proprietarios limitrophes. Pelo que se vê da descripção

e planta é obra que entra no plano geral do regimen das aguas do Tejo naquella paragem. As obras necessarias para dirigirem a corrente d'um rio navegavel são publicas, como publicas são as aguas. As condições especiaes fôrém d'essas obras podem, segundo a propriedade dos terrenos, ser em parte encargo particular nos termos expressos em que a lei ou os regulamentos o determinarem. A antiga legislacão sobre o Tejo obrigava os proprietarios dos terrenos marginaes a fazerem plantações; assim o Alvará de 26 d'Outubro de 1765 mandou arrancar as vinhas em Vallada, e sujeitou os proprietarios á obrigação de plantarem arboredo nas margens. E o mesmo se regulou mais desinvolvidamente no Aviso de 14 de julho de 1807. É duvidosa a força que este diploma possa ter para determinar obrigações de propriedade. Regulamento de 30 de julho de 1849 nada providenciou a este respeito. O que se pôde considerar hoje o assento d'esta materia é o cod. Civil no art.º 380, e a Lei de 1 de julho de 1867 que no art.º 1 n.º 4 das Providencias, determinou que seriam excutadas com intervenção do estado as obras....

4.º Para protecção dos terrenos contra as inundações, ou contra as marés. Nas obras de que se trata não ha defesa dos terrenos marginaes contra as inundações, é certo, mas ha mais do que isso, é a perfixação do leito do rio; não é só preservar os campos

visinhas de inundações, é manter
no alveo a corrente. As obras pois indi-
cadas pertencem ao Governo, porque
não podem lançar-se a cargo dos
proprietários limitrophes da margem,
quando nem os mesmos serviram
só d'elles, nem a obra só a elles defen-
de e protege. É mais do que isso, é o
bra do curso do rio, segundo se vê da
petição dos povos, e do relatório do en-
gineiro. Mas entre as obras, que tem
aquelle caracter, ha a da plantação da
maracha orçada em 400\$000. —

Como a plantação assim orçada, en-
tra no plano necessario das obras,
não se me offerece duvida de que
a sua execução deva ser pelas obras
do Tejo, como nas outras indicadas,
que constam da planta. Se depois
porém devam ser pagas pelos proprie-
tarios pelo processo estabelecido
no art.º 2º das citadas providencias,
é ponto que depois tem de ser exa-
minado e decidido pelo processo es-
tabelecido na mesma lei. Se a ma-
racha é feita em terrenos particu-
lares, como supponho, tem os donos
de supportar a despesa, pelo menos
em tanto, quanto se mostrar que era
indispensavel para defender os seus
terrenos. Se é feita em terrenos não
apropriados, como a obra é não só pa-
ra perseverar os campos limitrophes,
mas principalmente para conter

a corrente do rio no seu alveo, é obra toda publica, que corre por conta do estado. A decisão pois se a despesa da plantação da marachá pertence no todo ou em parte aos particulares, ou só ao estado, tem de seguir pelo processo estabelecido na lei, e não pôde aqui decidir-se não só por falta de elementos necessários, mas ainda porque o deve ser por aquelle processo, que é o competente. O que desde já é mister assentar como disse dito é que a execução da obra não pôde ser deixada aos particulares, mas deve ser feita toda pelo estado, com a urgencia que pelos povos é requerida, e reconhecida pelo engenheiro. Depois de assim feita se resolverá, pelo meio já indicado se em alguma parte deve ser paga pelos proprietarios. — D. G. de 8.º M. Ferras.

1873 N.º 6548
Outubro 10

Acerca da petição que Henrique Midosi, professor do Lyceu Nacional de Lisboa e do Instituto Industrial e Commercial, faz para que lhe seja pago o ordenado de 700\$000.º como professor do Instituto, visto obter licença do serviço de professor do lyceu. —

S.º E.º M.º. — Considero nos termos de ser deferida a pretensão do Bacharel Henrique Midosi, professor do Instituto Industrial de Lisboa. O Decreto de 30 de Dezembro de 1869, manteve no art.º 43 aos professores do Instituto os vencimentos anteriores, que